

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS NO PNLD 2021: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO A PARTIR DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Gabriela Pereira Kasper¹

Resumo: Este artigo analisa como a Sociologia Ambiental é mobilizada como teoria explicativa na Educação Ambiental em livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados pelo PNLD 2021². A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na análise de conteúdo de treze obras, articulando revisão bibliográfica, análise documental e categorização temática. As categorias fundaram-se em três vertentes: Modernização Ecológica, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade de Risco. Os resultados indicam presença superficial ou implícita da Sociologia Ambiental, com ausência de autores e fundamentos teóricos. A proposta interdisciplinar do PNLD 2021 contribui para o esvaziamento da Sociologia dentro da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sociologia Ambiental; Modernização Ecológica; Desenvolvimento Sustentável; Sociedade de Risco.

Abstract: This article analyzes how Environmental Sociology is used as an explanatory theory in Environmental Education in high school textbooks of Human and Social Sciences approved by PNLD 2021. The qualitative research is based on content analysis of thirteen selected books, combining literature review, document analysis, and thematic categorization. The categories are based on three strands: Ecological Modernization, Sustainable Development, and Risk Society. Results show a superficial or implicit presence of Environmental Sociology, with a lack of authors and theoretical foundations. The interdisciplinary approach of PNLD 2021 contributes to the weakening of Sociology in addressing environmental issues.

Keywords: Environmental Sociology. Environmental Education. Ecological Modernization. Sustainable Development. Risk Society.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gabbikasper@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0955584845115644>

² Pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais

Introdução

A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 e regulamentada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), transformou a organização curricular dessa etapa da Educação Básica no Brasil. Entre as alterações mais expressivas, destaca-se a criação dos itinerários formativos e a redução da carga horária obrigatória das disciplinas tradicionais. Essa reestruturação comprometeu a presença da Sociologia como disciplina autônoma, deslocando seus conteúdos para abordagens interdisciplinares dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). No Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021, essa mudança se materializou na ausência de livros didáticos específicos de Sociologia, sinalizando uma tendência de diluição da perspectiva crítica e teórica característica do campo sociológico.

Esse novo arranjo curricular não apenas fragiliza o ensino da Sociologia enquanto disciplina, mas também compromete abordagens mais profundas e contextualizadas de temas transversais, como a Educação Ambiental (EA). Ao analisarmos os livros didáticos aprovados pelo PNLD 2021, observamos que, embora a temática ambiental esteja presente, a Sociologia Ambiental é raramente mobilizada como ferramenta explicativa consistente. Nota-se a ausência de fundamentos teóricos sólidos e a prevalência de discursos descontextualizados, como os associados ao Desenvolvimento Sustentável, o que evidencia os limites da interdisciplinaridade quando esta não está amparada por um embasamento crítico. Longe de promover uma formação cidadã transformadora, esse modelo tende a reforçar abordagens pragmáticas e funcionais, voltadas à adaptação ao mercado, enfraquecendo a capacidade da educação de questionar as estruturas que sustentam a crise ecológica contemporânea.

A crise ambiental global configura-se como um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade, principalmente quando falamos das mudanças climáticas. A degradação dos ecossistemas, intensificada pela exploração desenfreada dos recursos naturais, compromete não apenas o equilíbrio ecológico, mas também as condições de vida das populações em escala mundial. Diante desse cenário, o debate ambiental adquire centralidade em diversas áreas do conhecimento, influenciando políticas públicas, práticas econômicas, relações sociais e, especialmente, os campos da pesquisa e da educação.

Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental na formação de sujeitos críticos frente às problemáticas ambientais. “A Educação Ambiental deve conscientizar e preparar as futuras gerações para a crise climática, e as escolas, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, devem incentivar o pensamento complexo, a emancipação e o protagonismo juvenil no enfrentamento das mudanças climáticas” (Druciak; Kataoka; Obara, 2025, p. 48).

A Educação Ambiental (EA), consolidada em acordos internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) e presente nos marcos dos Acordos Climáticos das Conferências das Partes (COPs), foi incorporada progressivamente às legislações e políticas públicas. No Brasil, a EA é regulamentada pela Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e prevê sua inserção em todos os níveis e modalidades de ensino. A BNCC também reforça a transversalidade da temática ambiental, reconhecendo sua importância na formação cidadã e na construção de uma cultura voltada à sustentabilidade.

A relevância da EA se intensifica diante das mudanças climáticas, que instauram uma nova percepção sobre o tempo e o futuro das sociedades. O avanço das pesquisas científicas projeta um cenário de aumento catastrófico das temperaturas globais, ameaçando a continuidade da vida no planeta. Essa realidade imprime uma sensação de urgência, pressionando governos, instituições e indivíduos a adotarem medidas eficazes de mitigação e adaptação. A crescente visibilidade do aquecimento global também tem contribuído para a multiplicação de futuros possíveis — muitos deles marcados pela incerteza e pelo risco — exigindo das sociedades uma capacidade inédita de planejamento e resposta. Como aponta Turin (2023), a emergência climática redefine a percepção coletiva do tempo e impõe a necessidade de ação decisiva e colaborativa para o enfrentamento dos desafios ambientais contemporâneos.

Diante desse panorama, torna-se relevante investigar como a EA é abordada no Ensino Médio, especialmente nos livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados pelo PNLD. Esses materiais desempenham um papel central na estruturação do ensino e orientam diretamente as práticas pedagógicas nas escolas públicas brasileiras.

Dentro do campo da EA, diferentes áreas do conhecimento contribuem com enfoques teóricos e metodológicos diversos. Entre elas, destaca-se a Sociologia Ambiental, subcampo da Sociologia que se propõe a analisar as relações entre sociedade e natureza, considerando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam os problemas ambientais. A partir da década de 1970, diversas abordagens teóricas emergiram, como o Novo Paradigma Ambiental proposto por Catton e Dunlap, que critica o antropocentrismo moderno, a teoria da Modernização Ecológica, a teoria da Sociedade de Risco e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Neste estudo, essas vertentes são mobilizadas como categorias analíticas para responder à seguinte questão de pesquisa: como a Sociologia Ambiental é empregada como teoria explicativa na Educação Ambiental nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas destinados ao Ensino Médio?

Para responder a essa questão, é necessário compreender o ensino como um campo de disputas simbólicas e de construção de sentidos. A educação é atravessada por relações de poder, nas quais diferentes atores

buscam impor visões de mundo e valores legítimos. Para Bourdieu e Passeron (2011), a ação pedagógica é também uma forma de violência simbólica, pois contribui para a reprodução das hierarquias sociais e culturais. Os livros didáticos, enquanto instrumentos de ensino, refletem essas disputas e não são neutros: incorporam classificações, omissões e recortes do mundo social que influenciam profundamente a percepção dos estudantes sobre os temas abordados (Cigalles e Oliveira, 2020).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo compreender como a Sociologia Ambiental é mobilizada como teoria explicativa na Educação Ambiental, a partir da análise dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados pelo PNLD 2021. A relevância dessa investigação está na articulação entre meio ambiente e capitalismo, considerando que a exploração sistemática dos recursos naturais é um elemento estruturante do modo de produção capitalista, historicamente orientado por uma lógica de crescimento econômico dissociada dos limites ecológicos. Como apontam Carvalho e Steil (2009), a preocupação com a sustentabilidade emergiu com força nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada pelos movimentos ambientalistas e pelo reconhecimento da crise ambiental global. Atualmente, os impactos socioambientais do modelo vigente tornam a EA uma pauta central para o debate educacional e político.

Por fim, a análise dos livros didáticos se revela fundamental nesse cenário, pois esses materiais não apenas organizam os conteúdos escolares, mas também influenciam as formas de pensamento e as possibilidades de crítica dos estudantes. Ao investigar como a Sociologia Ambiental aparece nesses materiais, este estudo busca contribuir para o debate sobre o papel da Educação Ambiental no Ensino Médio e para a construção de uma formação crítica diante dos desafios ecológicos e sociais do século XXI.

Sociologia Ambiental na Educação Ambiental

A negligência em relação às questões ambientais e o uso dos recursos naturais começou a ser questionada na década de 1960, especialmente com a criação do Clube de Roma em 1968. Esse grupo publicou o relatório *Os Limites do Crescimento*, que alertava sobre o crescimento populacional, a poluição e a exaustão dos recursos naturais (Carvalho; Steil, 2009). Nesta seção, abordamos a construção do discurso ambiental, sua conexão com a Educação Ambiental e a Sociologia Ambiental, bem como suas principais correntes de pensamento.

A Conferência de Estocolmo (1972) foi um marco na definição de princípios para o desenvolvimento sustentável. No Brasil, a redemocratização impulsionou o ambientalismo, tornando-o mais técnico e político, com a participação de novos atores, como professores e advogados. O movimento ambientalista brasileiro passou por transformações, saindo de uma liderança ligada à elite durante a ditadura para uma militância mais diversa na abertura política. Oliveira (2008) argumenta que a expansão do movimento se deve a

estruturas de oportunidades políticas e recursos disponíveis, e não apenas à difusão internacional de ideias.

Em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente consolida diretrizes para a problemática ambiental, incluindo a Educação Ambiental. A RIO-92 (1992) reforçou essa agenda globalmente, resultando em acordos como a Agenda 21 e convenções sobre o clima e a biodiversidade. O tema permanece relevante, sendo discutidas em conferências internacionais como as COPs, que buscam alternativas de enfrentamento às mudanças climáticas.

Em relação à Educação Ambiental, o tema tornou-se um dos eixos centrais nos debates sobre sustentabilidade e preservação ambiental, sendo consolidada em conferências e acordos internacionais desde a década de 1970. Segundo Ramos (2001), a preocupação com as questões ambientais gerou um movimento global que inseriu a EA no ideário político e pedagógico, reconhecendo sua relevância na formação de uma sociedade com preocupação ecológica e social.

A primeira menção ao termo Educação Ambiental ocorreu na Conferência de Educação da Universidade de Keele, em 1965, com foco no conservacionismo (Sterling, 1992). Posteriormente, documentos como a Carta de Belgrado (1975) e a Conferência de Tbilisi (1977) reforçaram a importância da educação ambiental para a crise ambiental e estabeleceram diretrizes para sua implementação global (IBAMA, 1996).

No Brasil, a EA foi incorporada na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei definiu princípios como a interdependência entre os aspectos naturais, socioeconômicos e culturais e a abordagem integrada em todos os níveis de ensino.

Dentro desse campo, destacam-se diferentes abordagens: a conservacionista, a pragmática e a crítica. A primeira prioriza a preservação ambiental sem questionar as estruturas sociais, “uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana” (Layrargues; Lima, 2014, p. 27), a segunda busca conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade dentro da lógica de mercado; e a terceira enfatiza a necessidade de transformações estruturais na sociedade para enfrentar a crise ambiental (Layrargues; Loureiro, 2013).

As macrotendências conservacionista e pragmática representam fases de um mesmo pensamento, ajustando-se às mudanças político-econômicas e culminando na versão moderna alinhada ao neoliberalismo. Já a macrotendência crítica adota uma visão social estrutural e propõe uma transformação ampla da sociedade, abrangendo instituições, relações sociais, econômicas e políticas, além de valores culturais e éticos. Baseada no pensamento crítico de Paulo Freire, essa abordagem compreende a crise ambiental como resultado das dinâmicas sociais e defende uma ação educativa voltada à mudança das estruturas vigentes (Layrargues; Loureiro, 2013).

A EA também se consolidou como campo de disputa, onde diferentes atores competem pela legitimação de suas visões e práticas (Silva Filho, 2016). Reigota (2012) argumenta que esse campo emergente tende a se tornar cada vez mais complexo, refletindo os contextos político, cultural e científico em que se insere. Compreender a EA a partir de uma perspectiva sociológica permite analisá-la como uma ferramenta de mobilização social e política.

Dentro deste contexto educacional e de pesquisa, a Sociologia Ambiental surgiu como subcampo nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e pelas críticas ao uso desordenado dos recursos naturais. Para Catton e Dunlap, na década de 70, inicialmente, a sociologia negligenciava questões ecológicas, os autores criticaram o antropocentrismo dominante e propuseram o Novo Paradigma Ambiental (NPA), que reconhece a interdependência entre humanos e meio ambiente (Catton; Dunlap, 2021).

A disciplina evoluiu com diferentes abordagens teóricas. Schnaiberg (1980) e O'Connor (1988) desenvolveram o marxismo ambiental, enfatizando a contradição entre expansão econômica e equilíbrio ecológico. Beck (2011) e Mol e Spaargaren (2002), por outro lado, exploraram conceitos como a Sociedade de Risco e a Modernização Ecológica. Abordagens construtivistas, como a de Hannigan (1997), destacam a construção social dos problemas ambientais, enquanto a Teoria do Ator-Rede (Latour) propõe uma agência também para os não humanos (Almeida, Fleury e Premebida, 2014).

Atualmente, a Sociologia Ambiental foca em temas como mudanças climáticas, percepções sociais sobre o meio ambiente e política ecológica. Três perspectivas se destacam globalmente: Modernização Ecológica, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade de Risco, sendo consideradas centrais para a ecologização da Sociologia (Guivant, 2005).

A Modernização Ecológica (ME) surgiu na década de 1980, com Joseph Huber, propondo que os problemas ambientais poderiam ser resolvidos por meio de uma superindustrialização, com tecnologias ecologicamente sustentáveis. A teoria enfatiza a necessidade de integrar economia e ecologia, confiando no desenvolvimento científico e tecnológico para promover um crescimento econômico sustentável. Mol e Spaargaren (2002) destacam a reestruturação ecológica da industrialização, enquanto Bacchiagga (2013) descreve três fases desse processo: descoberta industrial, consolidação da sociedade industrial e mudança ecológica com tecnologias verdes (Guivant, 2005).

Milanez (2009) aponta quatro princípios da ME: confiança na ciência e tecnologia, prevenção ambiental, conciliação entre objetivos econômicos e ambientais, e tomada de decisão cooperativa. A teoria se desdobra em duas direções: uma foca no papel do Estado como regulador e indutor da mudança, enquanto outra enfatiza a reestruturação macroeconômica para um modelo menos dependente de recursos naturais.

Mol e Spaargaren (2002) ampliaram a ME para contextos globais, analisando sua aplicação em países do Sul Global. No entanto, a teoria recebe críticas, como a ênfase excessiva na indústria, a negligência da justiça social e ambiental, e a dependência da regulação estatal ou da pressão social para promover mudanças (Guivant, 2005; Lenzi, 2006; Hannigan, 1997). Apesar das limitações, a ME permanece relevante na Sociologia Ambiental ao estimular debates sobre crescimento econômico e conservação ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) surge como uma resposta aos desafios ambientais e sociais do desenvolvimento econômico, buscando equilibrar crescimento e conservação ambiental. Embora compartilhe a ideia da Modernização Ecológica (ME) de que a sustentabilidade pode ser alcançada sem abrir mão do progresso econômico, o DS se diferencia por sua forte dimensão normativa e social, trazendo questões éticas para o centro do debate ambiental (Lenzi, 2006).

O conceito de DS ganhou projeção global a partir do Relatório de Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE, 1987), que o define como um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer as futuras. A preocupação central é garantir que os recursos naturais sejam utilizados de forma responsável, sem ultrapassar a capacidade de regeneração da Terra. Entre os desafios apontados, estão o aquecimento global, a poluição dos ecossistemas, a perda de biodiversidade e os impactos socioambientais da atividade industrial.

Ignacy Sachs (1993) detalha cinco dimensões fundamentais do DS: Sustentabilidade social: promove um desenvolvimento que respeita os direitos humanos e reduz desigualdades; Sustentabilidade econômica: defende uma gestão eficiente dos recursos, garantindo um fluxo contínuo de investimentos que favoreçam o bem-estar social; Sustentabilidade ecológica: propõe limitar o consumo de combustíveis fósseis, reduzir resíduos e incentivar o uso de tecnologias sustentáveis; Sustentabilidade espacial: busca um equilíbrio entre áreas rurais e urbanas, promovendo uma melhor distribuição de assentamentos e atividades produtivas; Sustentabilidade cultural: enfatiza a necessidade de adaptar estratégias sustentáveis às especificidades locais, respeitando culturas e ecossistemas.

Apesar de sua popularidade, o DS enfrenta críticas dentro da Sociologia. Muitos autores questionam a sua falta de definição precisa e a tendência de ser utilizado como um discurso genérico para legitimar atividades que, na prática, não são sustentáveis. Jacobs (1999) destaca três principais críticas: O conceito é tecnocrático, buscando uma definição única que ignore a complexidade dos problemas ambientais; é rejeitado por alguns estudiosos que o consideram excessivamente vago e sem aplicabilidade real. é visto por críticos culturais como um reflexo do modernismo e do positivismo, focando excessivamente na tecnologia como solução.

Ainda assim o DS é considerado uma ideia poderosa (Lenzi, 2006), especialmente por sua ligação com justiça social e igualdade no acesso aos

recursos ambientais. A relação entre sustentabilidade e democracia também é enfatizada, pois a participação coletiva é fundamental para implementar políticas ambientais eficazes e justas. A popularidade do conceito de DS permitiu que ele influenciasse políticas públicas e debates econômicos, ajudando a reduzir a polarização entre ambientalistas e desenvolvimentistas. No entanto, sua aplicação prática ainda exige maior clareza e critérios objetivos para garantir que práticas sustentáveis sejam de fato eficazes e não um instrumento de marketing verde ou *greenwashing* (Gavard, 2009). Portanto, embora o DS apresente desafios conceituais e práticos, continua sendo um tema central na agenda ambiental global, exigindo esforços contínuos para torná-lo um instrumento efetivo de transformação socioambiental.

A teoria da Sociedade de Risco, desenvolvida por Ulrich Beck e Anthony Giddens, é relevante no aprofundamento da relação da Sociologia com as questões ambientais. Beck (2011) argumenta que a modernidade tardia não apenas produz riquezas, mas também gera riscos globais decorrentes da tecnologia e da industrialização, como ameaças nucleares, químicas e ecológicas, que não são delimitáveis, imputáveis ou asseguráveis. O autor destaca a transição de uma sociedade baseada na distribuição de riqueza para uma sociedade baseada na distribuição de riscos, impactando todas as camadas sociais.

Beck (2011) também introduz o conceito de democratização dos riscos, pois desastres ambientais e tecnológicos afetam populações independentemente de classe ou território. No entanto, ele observa uma irresponsabilidade organizada, na qual políticos, cientistas e empresários evitam assumir responsabilidades pelos riscos gerados. Além disso, a ciência frequentemente se alinha a interesses econômicos, ignorando os riscos ambientais.

Já Giddens (1991) associa os riscos ambientais ao industrialismo e ao capitalismo, enfatizando que a modernidade é caracterizada por sistemas peritos e relações de confiança que determinam a forma como os riscos são percebidos. Ele argumenta que os riscos modernos são mediados por estruturas institucionais e que a confiança nas instituições desempenha um papel central na organização da sociedade de risco.

As críticas à teoria da Sociedade de Risco incluem a contradição de Beck ao tratar os riscos como realidade objetiva e construção social ao mesmo tempo. Além disso, sua crítica ao nacionalismo metodológico é questionada por autores como Fine (2007) e Chernilo (2006), que apontam a falta de uma distinção conceitual entre diferentes formas de nacionalismo. Todavia, para Bosco e Ferreira (2016, p. 245) “o problema da crítica do nacionalismo metodológico formulada por Beck está em seu ‘presentismo’ e na insuficiente diferenciação conceitual entre a versão histórica (perspectiva do ator) e a versão lógica (perspectiva do observador) do nacionalismo”.

Primeiramente fundamentou-se teoricamente a pesquisa, destacando a Educação Ambiental (EA) como ferramenta essencial para enfrentar o descaso

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 2: 143-165, 2026.

ambiental. Com base na Sociologia Ambiental, analisamos a construção do discurso ambiental, desde sua inserção em debates globais até sua evolução teórica, das décadas de 1970 até o presente. Na sequência apresentaremos como se apresenta o ensino da sociologia na atual conjuntura, pós reforma do Ensino Médio e sua relação com os livros didáticos.

Ensino de Sociologia e os Livros Didáticos no PNLD 2021

Bourdieu (2011) destaca o caráter reprodutor da escola, enfatizando o papel da linguagem e do capital cultural na perpetuação das desigualdades sociais. Para ele, a escola trata desigualmente os alunos ao considerar todos como iguais, ignorando suas diferenças sociais e favorecendo aqueles que já possuem um capital cultural privilegiado. Assim, a escola legitima a desigualdade e reforça a ideologia meritocrática. O autor introduz o conceito de violência simbólica, argumentando que a educação impõe valores e conhecimentos do grupo dominante de forma arbitrária. Ele percebe as estruturas sociais como condicionantes das trajetórias individuais, restringindo a autonomia dos sujeitos. A relação entre educação e poder é central em sua análise, sendo a escola um espaço de reprodução das hierarquias sociais, “tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam (...) como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar estará ratificando as desigualdades iniciais diante da cultura” (Bourdieu, 2011, p. 53).

Bourdieu e Passeron (2011, p. 27) comentam que “as relações de força entre os grupos ou classes que constituem uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica”, sendo assim, há uma imposição arbitrária pelo grupo dominante, que se traduz em monopólio da violência simbólica legítima. Neste sentido, a educação é a reprodução de conhecimentos, símbolos, práticas, valores de um grupo ou classe dominante.

Bourdieu (1996) busca na relação entre a posição no espaço social, as disposições incorporadas e as tomadas de posição, a explicação para as decisões, para ele, não são decisões definidas de forma plenamente consciente e sim através do *habitus*, de acordo com a socialização do agente, grupo social e sua posição no espaço social. Ao analisarmos os livros didáticos, os percebemos dentro de um espaço onde o mesmo não é somente fruto das estruturas sociais, ao passo que também não possui uma autonomia absoluta dos seus autores. Cigalles e Oliveira (2020, p. 7) comentam que ao analisar um manual didático é necessário compreender: “como o interior do manual reflete as disputas mais amplas nos campos sociais e, por outro, como essas disputas influenciaram na estruturação interna desses manuais, impondo sistemas de classificações e divisões do mundo social”.

No Brasil, a inserção da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio remonta à promulgação da Lei nº 11.684/2008. No entanto, esse reconhecimento tem sido fragilizado por sucessivas reformas educacionais que relativizam sua obrigatoriedade. A Medida Provisória nº 746/2016,

posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, que institui a Reforma do Ensino Médio, alterou de forma significativa a estrutura curricular dessa etapa da educação básica.

Apesar de a nova legislação prever que a Base Nacional Comum Curricular contemple “estudos e práticas de Sociologia” (Brasil, 2018), essa presença não se configura necessariamente como disciplina autônoma. Na prática, a Sociologia foi integrada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com seus conteúdos diluídos em abordagens interdisciplinares ou incluídos nos itinerários formativos. Como resultado, há uma perda de centralidade e de densidade teórica, deixando a Sociologia vulnerável às decisões dos sistemas de ensino e à lógica utilitarista que privilegia conteúdos técnicos e instrumentalizados.

Como destacam Krawczyk e Ferretti (2017), a reforma atende aos interesses do capital, subordinando a formação crítica a um modelo voltado à empregabilidade e à produtividade. A Sociologia e a Filosofia, portanto, tornam-se conhecimentos residuais ou opcionais, dependentes da vontade dos sistemas de ensino e da disponibilidade de oferta. A formação integral do sujeito — ética, crítica e cidadã — é, assim, secundarizada.

Ainda que a BNCC inclua competências específicas com enfoque ambiental, como a de “analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais” (Brasil, 2018, p. 570) e proponha alternativas sustentáveis, essa abordagem permanece genérica e não garante efetiva inserção da Sociologia Ambiental, sobretudo diante da concorrência entre áreas do conhecimento e da flexibilização curricular.

No que se refere à Educação Ambiental, Moraes *et al.* (2024, p. 449) comentam que: “na BNCC, documento norteador das ações no âmbito da educação no país, a EA é apresentada de forma incipiente, mesmo desempenhando papel fundamental na promoção e realização dos ODS”. Nesse contexto, o presente artigo busca compreender de que forma essas transformações impactaram a presença da Sociologia nos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021. O PNLD é o principal programa de avaliação e distribuição de materiais didáticos nas escolas públicas brasileiras, abrangendo livros didáticos, pedagógicos e literários, com editais específicos para cada etapa de ensino (MEC, 2023).

No Brasil, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) avalia e fornece materiais educacionais para escolas públicas de educação básica, abrangendo livros didáticos, pedagógicos e literários. Ele ocorre em ciclos alternados para o Ensino Infantil, Fundamental e Médio, com editais específicos para cada nível (MEC, 2023).

Até a edição de 2018, a Sociologia contava com coleções próprias no PNLD. No entanto, a partir do PNLD 2021, em consonância com a nova BNCC

e a Reforma do Ensino Médio, os conteúdos de Sociologia foram reorganizados e integrados à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, junto a Filosofia, Geografia e História. Essa integração ocorreu sob a diretriz de uma abordagem interdisciplinar, conforme estabelecido no Edital nº 03/2019, que orienta a adoção de materiais com perspectivas múltiplas sobre ciência, tecnologia e sociedade (Cigales; Paz; Santos, 2022).

Essa reorganização dos componentes curriculares reflete um processo de recontextualização pedagógica, em que as diretrizes oficiais da reforma educacional são ressignificadas no campo da prática. Como aponta Silveira (2024, p.10): “as proposições oficiais da reforma do ensino médio sofreram seleção, incorporação parcial, descontextualização e atribuição de sentido adicional no campo da prática”. Isso significa que a política pública, ao ser apropriada pelas escolas e seus sujeitos, adquire novos sentidos, que nem sempre correspondem à sua formulação original. Assim, a ausência de uma maior fundamentação teórica nos livros didáticos analisados pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de recontextualização da política educacional, no qual propostas formuladas em nível normativo acabam sendo implementadas de forma fragmentada ou desarticulada das necessidades formativas mais amplas.

No PNLD 2021, treze coleções da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas foram aprovadas, cada uma composta por seis volumes. Todas incluem a temática ambiental dentro de uma proposta interdisciplinar. A análise desenvolvida neste trabalho concentrou-se em um volume de cada coleção, totalizando treze livros didáticos com enfoque específico em meio ambiente.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base nos pressupostos da Sociologia reflexiva proposta por Pierre Bourdieu (1996; 2003; 2007), que reconhece a produção do conhecimento como um processo social, histórico e situado. A análise do objeto – os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) com temática ambiental, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021 – parte da compreensão de que os manuais escolares são produtos culturais atravessados por disputas simbólicas, pedagógicas e políticas. Conforme argumentam Cigales e Oliveira (2020), tais materiais devem ser analisados a partir da articulação entre suas dimensões macro (normativas, políticas, institucionais) e micro (pedagógicas, disciplinares, discursivas).

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia compreendeu três estratégias principais: Pesquisa documental, voltada à análise de legislações, diretrizes e documentos institucionais que orientam a Educação Ambiental e o ensino de Sociologia no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular e os editais do PNLD 2021; Revisão bibliográfica, para fundamentação teórica da pesquisa, com destaque para autores da Sociologia Ambiental, da Educação Ambiental e da Sociologia da Educação; Análise de conteúdo (Bardin, 2016),

aplicada aos livros didáticos selecionados. O corpus analítico foi constituído por treze obras aprovadas pelo PNLD 2021 com temática ambiental, uma de cada coleção. A seleção obedeceu às regras de exaustividade, pertinência e representatividade (Bardin, 2016), assegurando a coerência com os objetivos da pesquisa.

As obras selecionadas foram: Sociedade, Natureza e Sustentabilidade (Boulos Júnior; Silva; Furquim Júnior, 2020), coleção Multiverso da Editora FTD; Sociedade e Natureza (Gomes *et al.*, 2020), coleção Conexão Mundo da Editora do Brasil; Sociedade e Meio Ambiente (Cotrim; *et al.*, 2020), coleção Conexões da editora Moderna; Natureza em Transformação (Braick *et al.*, 2020), coleção Moderna Plus da Editora Moderna; Trabalho, Tecnologia e Natureza (Romeiro *et al.*, 2020), coleção Diálogo da Editora Moderna; Transformações da Natureza e Impactos Socioambientais (Karnal *et al.*, 2020), coleção Identidade e Ação da Editora Moderna; Indivíduo, Natureza e Sociedade (Catelli Jr. *et al.*, 2020), coleção Módulos da Editora AJS; Sociedade e Natureza (Machado *et al.*, 2020), coleção Contexto e Ação da editora Scipione; Indivíduo, Sociedade e Natureza (Vainfas; Faria; Ferreira, 2020), coleção Humanitas da editora Saraiva; As Sociedades Humanas, Seus Desafios e Percursos (Maida *et al.*, 2020), coleção Inter Ação da editora do Brasil; Sustentabilidade em ação: Sociedade e Natureza (Rama, *et al.*, 2020), coleção Prisma da editora FTD; Economia e Trabalho (Viera; Sampaio; Sucena, 2020), coleção Ser Protagonista da Editora SM; Estado, População e Meio Ambiente: discussões necessárias (Goettems, *et al.*, 2020), coleção Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da editora Palavras.

A análise seguiu três etapas: (1) pré-análise, com a sistematização dos materiais, identificação dos autores e de seus vínculos acadêmicos e profissionais; (2) exploração do material, com codificação de trechos conforme as categorias analíticas definidas; e (3) tratamento dos dados e interpretação, com a organização dos achados em quadros e gráficos.

As categorias de análise foram fundamentadas nas principais vertentes da Sociologia Ambiental contemporânea, a saber: Modernização Ecológica, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade de Risco (Lenzi, 2006; Almeida, Fleury e Premevida, 2014). Para cada uma delas, foram identificados conceitos, autores e temas recorrentes nos materiais. A categorização foi guiada por critérios semânticos e léxicos, com atenção à presença ou ausência de aprofundamento teórico e de articulação crítica entre sociedade e natureza.

Com essa abordagem metodológica, buscou-se compreender não apenas a presença da temática ambiental nos livros didáticos, mas a forma como a Sociologia Ambiental é mobilizada (ou esvaziada) como ferramenta explicativa da EA no contexto do Novo Ensino Médio.

Resultados: Análise Sociológica dos Livros Didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

O objetivo deste trabalho foi analisar a Sociologia Ambiental como teoria explicativa na EA, dentro do ensino de Ciências Sociais, com base nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio aprovados no PNLD 2021. Esta seção apresenta as inferências geradas a partir dessa análise, examinando como a relação entre sociedade e natureza é abordada nas obras sob a perspectiva da Sociologia Ambiental. Busca-se compreender a presença desse subcampo na educação básica, sua contribuição para a EA e quais temas recebem menor destaque.

Analisou-se como os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas abordam a Sociologia Ambiental, utilizando como categorias de análise a Modernização Ecológica (Huber, 1986), Sociedade de Risco (Beck, 2011; Giddens, 1991) e Desenvolvimento Sustentável (Sachs, 1993; Jacobs, 1999; Lenzi, 2006). A análise verificou se há a presença de autores do campo da Sociologia Ambiental e suas relações com os conteúdos dos materiais didáticos. Além das citações, foram examinados temas, conceitos e outros elementos ligados a essas categorias. A seção se estrutura a partir de duas análises: semântica, considerando temas, conceitos e autores, e léxica, identificando termos similares ou equivalentes.

Primeiramente analisamos a presença do conceito de Modernização Ecológica (ME), investigando a menção a autores da área e a presença de temas correlatos. Nenhuma obra cita diretamente os principais teóricos da ME, como Huber (1986), Bacchiogga (2013), Milanez (2009), Mol e Spaargaren (2002), Guivant (2005), mas abordam elementos do conceito, como a confiança na tecnologia para resolver problemas ambientais. Neste sentido, os termos e conceitos relacionados encontrados foram: Modernização Ecológica, Ciência, Tecnologia, Economia Verde, Justiça ambiental, Estado, Política, Energias alternativas, Tecnologias verdes.

A Modernização Ecológica é um conceito central da Sociologia Ambiental, surgindo como uma resposta à modernização tradicional baseada na exploração descontrolada dos recursos naturais. Ela propõe uma transformação do sistema industrial-capitalista por meio da integração entre economia e ecologia, utilizando inovações tecnológicas para conciliar crescimento econômico e preservação ambiental.

Nos livros didáticos analisados, apenas um menciona explicitamente a Modernização Ecológica, mas todos abordam temas correlatos, como tecnologia, economia verde, energias renováveis, justiça ambiental e cidadania ambiental. Parte dos conteúdos apresenta uma visão positiva dessa integração, destacando avanços tecnológicos e legislações ambientais, enquanto outra parte traz críticas, apontando o viés utilitarista do conceito, o incentivo ao consumo sustentável e a ausência de uma abordagem social mais ampla.

Os materiais enfatizam o papel das energias renováveis, como solar e eólica, e a relação entre Estado, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica. Além disso, discutem o impacto de políticas ambientais e a transição para economias mais verdes. Também foram encontradas críticas à elementos da ME, especialmente relacionadas à obsolescência programada, que contradiz a ideia de sustentabilidade ao estimular o consumo. Dessa forma, evidencia-se a presença indireta da ME nos materiais didáticos e destaca pontos de convergência e tensão em sua abordagem.

A ausência do termo Modernização Ecológica pode estar relacionada às mudanças no PNLD 2021, que eliminou um livro exclusivo de Sociologia, distribuindo os temas de forma interdisciplinar nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Isso reduziu a presença de teorias e autores sociológicos específicos nos materiais didáticos.

O Desenvolvimento Sustentável (DS), diferentemente da Modernização Ecológica, aparece de forma constante nos materiais por ser um conceito central nas discussões socioambientais globais, guiando diretrizes políticas, sociais, econômicas e ambientais. e o mesmo, diferente da Modernização Ecológica, o DS enfatiza a justiça social, conforme destacado no Relatório de Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE, 1987). Além disso, autores como Lenzi (2006) associam a sustentabilidade à democracia, ressaltando a distribuição equitativa dos serviços ambientais.

Na análise dos livros didáticos, não foram encontrados autores das Ciências Sociais que, conforme Lenzi (2006), discutem o DS, como Weinberg, Schneiberg, Pellow, Lash, Szerszynskim Wynne, Irwin, O'Riordan, Jacobs, Lafferty, Langhelle, Conolly, Ekel, Gough, Doyal, Barry, Haland, Alexander, Dryzek, Holland, Baker, Dobson, Mc Manus, Lukes, Connolly. Mas diversos termos e temas relacionados, como justiça ambiental, cidadania ambiental, economia verde e conferências ambientais. O conceito aparece principalmente como um discurso construído a partir de eventos globais, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, mas também há críticas quanto à sua vagueza e falta de resultados concretos.

Os termos e conceitos relacionados encontrados foram: Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Justiça Ambiental; Cidadania Ambiental; Economia e Tecnologia; Conferências; Acordos; Estado; ONU; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os livros também trazem contrapontos ao DS, como questionamentos sobre a efetividade dos acordos globais e a influência de interesses econômicos na sustentabilidade e críticas à mercantilização do conceito, com empresas adotando o rótulo de sustentáveis sem impactos ambientais significativos. Outra questão levantada é a universalização do conceito, desconsiderando diferenças socioeconômicas e políticas entre países. Apesar das críticas, o DS aparece nos materiais didáticos, com um papel importante na compreensão da problemática ambiental e na mediação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A teoria da Sociedade de Risco, desenvolvida por Ulrich Beck (2011) e Anthony Giddens (1991), é relevante para a compreensão dos riscos ambientais e das ameaças globais na Sociologia Ambiental. A análise dos livros didáticos buscou identificar a presença dessa teoria e como os riscos são abordados.

Ulrich Beck é mencionado em dois livros didáticos, um deles destacando sua teoria no contexto da Sociologia Ambiental. Já Anthony Giddens aparece em referências bibliográficas, mas sem citações diretas nos textos. Embora apenas um livro traga explicitamente a Sociedade de Risco como teoria, os demais abordam temas relacionados, como aquecimento global e mudanças climáticas.

Os livros evidenciam aspectos centrais da teoria, como a globalização dos riscos, a irresponsabilidade organizada de setores políticos e empresariais e a relação entre ciência, tecnologia e risco. Diversas situações de risco são apresentadas nas obras, como: aquecimento global, mudanças climáticas, energia nuclear, mineração, organismos geneticamente modificados, biotecnologia e manipulação genética, contaminação do solo e lençóis freáticos, desmatamento, gases poluentes, poluição do ar, lixo, agrotóxicos, poluição de rios, mananciais e mares, efeito estufa e camada de ozônio, chuva ácida, inversão térmica, hidrelétricas, alagamentos e enchentes, áreas de risco, biopirataria, ilhas de calor, escassez de água, pesca industrial em larga escala, robotização, nanotecnologia, inteligência artificial e desertificação.

Grandes desastres e catástrofes constituem expressões da sociedade de risco, tal como formulada por Beck (2011), na qual os perigos deixam de ser externos ou naturais e passam a ser socialmente produzidos pela própria dinâmica da modernização técnico-industrial. Em uma sociedade altamente tecnologizada, orientada pela racionalidade econômica e pela promessa de progresso, os riscos tendem a ser sistematicamente subestimados, invisibilizados ou naturalizados. Exemplos recorrentes desse processo, presentes nas obras didáticas analisadas, incluem o rompimento das barragens de rejeitos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), as queimadas no Pantanal e na Amazônia, o vazamento de petróleo no Nordeste brasileiro em 2019, os acidentes nucleares de Kyshtym (1957), Three Mile Island (1979), Chernobyl (1986) e Fukushima (2011), além do Furacão Katrina (2005).

As obras analisadas destacam que os riscos ambientais afetam populações de forma desigual, pois seus impactos não se restringem aos locais onde são gerados. Exemplos como o derretimento das calotas polares e a poluição dos recursos hídricos ilustram a transnacionalidade dos riscos, um elemento essencial da Sociedade de Risco. Embora as obras apresentem essas temáticas, não discutem a origem destas catástrofes e a relação com decisões políticas, econômicas e tecnológicas modernas, o que esvazia o potencial explicativo da categoria Sociedade de Risco e sua dimensão sociológica dentro deste material didático.

Conclusões

O estudo aborda a relação entre Sociologia Ambiental e Educação Ambiental no Ensino Médio, analisando livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Inicialmente, apresenta um panorama das discussões ambientais globais e nacionais desde as décadas de 1960 e 1970, destacando eventos como a Conferência de Estocolmo (1972) e a Conferência da ONU no Rio de Janeiro (1992). No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) formaliza a área, estruturada em três macrotendências: conservacionista, pragmática e crítica.

A pesquisa se concentra na Sociologia Ambiental, um subcampo da Sociologia surgido nos anos 1970 com Catton e Dunlap e seu Novo Paradigma Ambiental (NPA), contrapondo-se ao Paradigma da Excepcionalidade Humana (PEH). Dentre as abordagens contemporâneas analisadas, destacam-se a Modernização Ecológica (ME), o Desenvolvimento Sustentável (DS) e a Sociedade de Risco (SR), que aparecem nos livros didáticos de maneira distinta.

A investigação partiu da constatação de que a crise ambiental contemporânea exige abordagens interdisciplinares e críticas na educação básica, e que a Sociologia, especialmente por meio de sua vertente ambiental, possui ferramentas conceituais potentes para contribuir com essa formação. A pesquisa revelou que, apesar da presença significativa de conteúdos ambientais nas obras analisadas, o tratamento dado à Sociologia Ambiental é superficial e pouco aprofundado. A categoria do Desenvolvimento Sustentável aparece com mais frequência, mas sem uma crítica aprofundada, especialmente as advindas da Sociologia Ambiental. As vertentes da Modernização Ecológica e da Sociedade de Risco, embora tenham sido identificadas em alguns trechos, raramente são explicitadas como categorias sociológicas, tampouco acompanhadas de autores ou fundamentos teóricos consistentes. Tal ausência sugere um esvaziamento da Sociologia como disciplina no processo de construção do novo formato dos livros didáticos interdisciplinares do PNLD 2021.

Esse resultado reforça o diagnóstico de que a reforma do Ensino Médio e a lógica do PNLD atual contribuem para a diluição da abordagem crítica no ensino das Ciências Sociais, privilegiando uma perspectiva pragmática e voltada à adaptação ao mercado. A interdisciplinaridade proposta, embora necessária, impôs desafios metodológicos à análise, especialmente na distinção entre conteúdos sociológicos e de outras áreas, o que dificultou a identificação clara da presença da Sociologia Ambiental nos materiais.

Apesar das limitações, a pesquisa evidenciou que a Sociologia Ambiental pode ocupar um espaço mais estruturado e crítico na formação escolar, contribuindo para uma EA que vá além de mudanças comportamentais individuais e que enfrente os fatores estruturais da crise ecológica. A utilização das categorias da Sociologia Ambiental permite refletir sobre os impactos

ambientais a partir de suas causas sociais, políticas e econômicas, possibilitando uma compreensão mais complexa das desigualdades ambientais.

Como perspectivas para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação do corpus para outras coleções didáticas e materiais complementares, bem como a realização de investigações empíricas junto a professores e estudantes, de modo a compreender como tais conteúdos são apropriados no cotidiano escolar. Além disso, torna-se relevante aprofundar a análise das disputas simbólicas e epistemológicas no campo da EA, considerando suas macrotendências e os interesses que atravessam as reformas educacionais em curso.

Referências

ALMEIDA, J.; FLEURY, L. C.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 34-82, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jyXLbgZPFZH6d8hNYpyZhNz/?format=pdf&lang=p>t. Acesso em: 10 set. 2024.

BACCHIEGGA, Fábio. Desvendando as abordagens da Sociologia Ambiental: revisão de artigos selecionados. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/download/761/134>. Acesso em: 16 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOSCO, E.; FERREIRA, L. **Sociedade mundial de risco**: teoria, críticas e desafios. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 232-264. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/RcnRCjX5WZnqJ7CrdxLQNfh/?format=pdf&lang=p>t. Acesso em 16 out. 2023

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. **Sociedade, Natureza e Sustentabilidade**. Coleção Multiversos: Ciências Humanas. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afranio (org.). **Pierre Bourdieu – Escritos de Educação**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução de Reynaldo Bairão.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Educação ambiental**: as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi. Brasília, DF: IBAMA, 1997. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educacaoambientalasgrandesdiretrizesdaconferenciadetblisidigital.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 02 mai. 2024.

_____. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. **PNLD 2021**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 01 ago. 2023.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2021**: edital consolidado. Brasília, DF: FNDE/MEC, 2020. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/PNLD_2021/EDITAL%20PNLD%202021%20CONSOLIDADO%20-%2017.08.2020.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld>. Acesso em 05 jan. 2023.

BRAICK, Patrícia R; MOTA, Myriam B.; TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul B.; ARANHA, Maria L. de A.; SILVA, Afrânio; LOUREIRO, Bruno; MIRANDA, Cassia; FERREIRA, Fátima; FERREIRA, Lier P.; SERRANO, Marcela M.; ARAÚJO, Marcelo; COSTA, Marcelo; NOGUEIRA, Martha; OLIVEIRA, Otair F. de; MENEZES, Paula; CORRÊA, Raphael M. C.; PAIN, Rodrigo; LIMA, Rogério; BUKOWITZ, Tatiana; ESTEVES, Thiago; PIRES,

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 2: 143-165, 2026.

Vinicius M. **Natureza em Transformação**. Coleção Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. O *habitus* ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. **Revista Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, p. 81-94, set./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9086/6711>. Acesso em: 29 set. 2024.

CATELLI JR., Roberto; LA SALVIA, André; SEFERIAN, Ana P. G.; ESCOURA, Michele; SILVA, Paulo T. da; ROCHA, Robson. **Indivíduo, Natureza e Sociedade**. Coleção Módulos: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: IBEP, 2020.

CATTON JR, W.; DUNLAP, R. *Environmental sociology. Annual Review of Sociology*, v. 5, p. 243-273, 1979.

CATTON JR, W.; DUNLAP, R. E. **Sociologia ambiental**: um novo paradigma. *Sociedade e Estado*, v. 36, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/download/37860/31028/113378>. Acesso em: 22 out. 2024.

CHERNILO, Daniel. **Social's theory methodological nationalism: myth and reality**. *European Journal of Social Theory*, London: SAGE, v. 9, n. 1, p. 5-22, 2006.

CIGALES, M.; OLIVEIRA, A. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020, p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/f4sjCDGxMgqpdhLDrSWvQ6z/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

CIGALES, M. P.; PAZ, M. P. L.; SANTOS, E. C. A escolha dos livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas do PNLD 2021, no Distrito Federal. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 176-198, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/408/324>. Acesso em: 25 ago. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COTRIM, Gilberto; SILVA, Angela Corrêa da; LOZANO, Ruy; ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de; MOSCHKOVICH, Marília. **Sociedade e Meio Ambiente**. Coleção Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

DRUCIAK, Cristiane de A; KATAOKA, Adriana M.; OBARA, Ana T. Educação Ambiental, complexidades e mudanças do clima: estratégias educativas para o ensino de jovens. **Revista Brasileira de Educação Ambiental - Revbea**, São Paulo, V. 20, No 4: 48-68, 2025. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/20674>. Acesso em 03 jul. 2025.

FINE, Robert. **Cosmopolitanism**. London: Routledge, 2007.

GAVARD, Fabrice. Do impasse ao consenso: um breve histórico do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, n. 2, p. 9-18, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1175>. Acesso em: 23 out. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1991.

GOETTEMS, Arno A.; GRANGEIRO, Cândido.; JOIA, Antônio L.; MARINS, Cosme F.. Estado, **População e Meio Ambiente**: Discussões Necessárias. Coleção Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Palavras, 2020.

GOMES, Leandro; MARPICA, Natália S.; MANFRINATI, Priscila; SILVA, Sabina M.. **Sociedade e Natureza**. Coleção Conexão Mundo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

GUIVANT, Julia S. Apresentação do dossiê Mapeando os caminhos da Sociologia Ambiental. **Revista Política e Sociedade**, n. 7, out. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1963/1715/5587>. Acesso em: 23 out. 2023.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.

HUBER, Joseph. **La Inocencia perdida de la ecologia. Las nuevas tecnologias el desarrollo superindustrial**. Buenos Aires: Editorial Abril, 1986.

JACOBS, Michael. *Sustainable development as a contested concept*. In: DOBSON, Andrew (ed.). **Fairness and futurity: essays on environmental sustainability and social justice**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz E. de O.; BACKX, Isabela; VIEIRA, Felipe de P. G.; ABREU, Marcelo; MARTINI, Alice de; FREITAS, Eliano; DEL GAUDIO, Rogata S.. **Transformações da Natureza e Impactos Socioambientais**. Coleção Identidade em ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

KRAWCZYK, N.; FERRETI, C. J. Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/757/pdf/2352>. Acesso em: 4 ago. 2023.

LAYRARGUES, Philippe. P.; LIMA, Gustavo F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em:

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 2: 143-165, 2026.

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdz4hYdqVFdYRtx>. Acesso em: 16 ago. 2023.

LAYRARGUES, Philippe. P.; LOUREIRO, Carlos F. B. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrrnHRF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LENZI, Cristiano L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2006.

MACHADO, Igor J. de R.; AMORIM, Henrique; GRECCO, Fabiana S.; GALASTRI, Leandro; RODRIGUES, Cassiano T.; SILVA, Glaydson J. da. **Sociedade e Natureza**. Coleção Contexto e Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2020.

MAIDA, Judith N. (coord.); MARQUES, Adhemar; DINIZ, Amarildo; BERUTTI, Flávio; O'DONNELL, Julia; PARADA, Maurício; SOUZA, Paulo C. A. de; OLIVEIRA, Paulo E. de; FERREIRA, Pedro M. C.; PANAZZO, Sílvia; SCHVARTZ, Vitor H. **As Sociedades Humanas, Seus Desafios e Percursos**. Coleção Interação: Ciências humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

MILANEZ, Bruno. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 77-89, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/12387>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOL, Arthur P. J.; SPAARGAREN, Gert. *Ecological modernization and the environmental state*. In: MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. (org.). **The environmental state under pressure**. London: Elsevier, 2002. p. 33-52.

MORAES, Fernanda R.; TAVARES, Patrícia da S. V.; COSTA, Gercimar M. C.; GOUVEIA, Rochele A. C.; LOPES NETO, José F.; MORAIS, Isa L. de. Objetivos do desenvolvimento sustentável e educação ambiental. **Revista brasileira de educação ambiental - Revbea**, São Paulo, V. 19, Nº 8:434-454, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/19022>. Acesso em 03 jul. 2025.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 751 a 777. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/L53xwqPcWBTgLN7Ly7tkjNF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 out. 2023.

O'CONNOR, James. **Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction**, CSN, nº 1, 1988. Disponível em: <https://s1ceb366bcbdc8a96.jimcontent.com/download/version/1714062208/mod>

ule/17763314925/name/O%27Connor%20-%20Capitalism%2C%20Nature%2C%20Socialim.pdf. Acesso em 05 jan. 2025.

RAMA, Maria A. G.; SERIACOPI, Gislane C. A.; CRUZ, Isabela G.; CÂMARA, Leandro C; SERIACOPI, Reinaldo. **Sustentabilidade em Ação**: Sociedade e Natureza. Coleção Prisma: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

RAMOS, Elisabeth C. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Revista Educar**, Curitiba, n. 18, p. 201-218, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NhDhdgkXcnwdzbLwmmz9T4y/?format=pdf&lang=p> t. Acesso em: 15 ago. 2024.

REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175%20795X.2012v30n2p499/23328>. Acesso em: 6 out. 2023.

ROMEIRO, Julieta; APOLINÁRIO, Maria Raquel; MELANI, Ricardo; JUNQUEIRA, Silas Martins. **Trabalho, Tecnologia e Natureza**. Coleção Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SCHNAIBERG, Allan. **The Environment, from Surplus to Scarcity**. Oxford University Press, New York: 1980.

SILVA FILHO, Clêncio B. **Pierre Bourdieu e Justiça Ambiental transformadora**: o direito administrativo ambiental no Município do Rio Grande/RS frente ao novo ciclo econômico da indústria offshore para o pré-sal brasileiro. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011779.pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva. Processos de recontextualização do novo ensino médio no Rio Grande do Sul. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e267191, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.267191>. Acesso em: 10 jun. 2025.

STERLING, Stephen. **Coming of age: a short history of environmental education (to 1989)**. Walsall, UK: National Association for Environmental Education, 1992.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistatopoi.org/n54/artigos/antropoceno-e-futuros-presentes-entre->

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 2: 143-165, 2026.

[regime-climatico-e-regimes-de-historicidade-potenciais/](#). Acesso em: 9 jun. 2025.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de C.; FERREIRA, Jorge. **Indivíduo, Sociedade e Natureza**. Coleção Humanitas: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

VIEIRA, Bianca C.; SAMPAIO, Fernando dos S.; SUCENA, Ivone S.. **Economia e Trabalho**. Coleção Ser Protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2020.